

10CPL25_ES

**“ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL -
IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA”**



ÍNDICE GERAL

ANÚNCIOS

PROGRAMA DE CONCURSO

CADERNO DE ENCARGOS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

-As referências a normas/homologações técnicas e a especificações técnicas nas peças do procedimento devem ser consideradas, para os devidos efeitos, acompanhadas da menção «ou equivalente»;

-As referências a determinado fabrico ou proveniência, a procedimento específico que caracterize produtos ou serviços prestados por determinado fornecedor, ou a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção nas peças do procedimento devem ser consideradas, para os devidos efeitos, acompanhadas da menção «ou equivalente».

NOTAS:

As indicações constantes do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos prevalecem sobre as indicações do Anúncio, em caso de divergência.

As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

PROGRAMA DE CONCURSO

RESUMO

1. Identificação do concurso	4
2. Entidade adjudicante	4
3. Órgão que tomou a decisão de contratar	5
4. Órgão competente para prestar esclarecimentos	5
5. Inspeção do local dos trabalhos	5
6. Documentos que constituem a proposta	5
7. Assinatura eletrónica	8
8. Propostas variantes	9
9. Prazo para a apresentação das propostas	9
10. Prazo para a obrigação de manutenção das propostas	9
11. Critério de adjudicação	9
12. Documentos de habilitação	10
13. Caução	12
14. Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário	12
15. Redução a escrito do contrato	12
16. Legislação aplicável	13
ANEXO 1	15
ANEXO 2	16
ANEXO 3	17

10CPL25_ES

“ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA”

PROGRAMA DE CONCURSO

1. Identificação do concurso

1.1. O presente procedimento é designado por: **“ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA”** e segue a tramitação do concurso público [adotado ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos], nos termos do disposto nos artigos 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual.

1.2. O presente procedimento visa a celebração de um contrato administrativo de empreitada de obras públicas.

O edifício/prédio está geograficamente identificado no Caderno de Encargos, nos elementos que integram o caderno de encargos, e o respetivo endereço é o seguinte:

- Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes:
- Rua de São Martinho 644, São Martinho, 9000-149 Funchal.

2. Entidade adjudicante

2.1. Região Autónoma da Madeira, através da Secretária Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional do Equipamento Social e Conservação (Gabinete de Contratação Pública), NIPC: 671001329, sita à Rua Dr. Pestana Júnior n.º 6, 9064-506 Funchal, telefone 291 145 200; URL: <https://www.madeira.gov.pt/srei/> e e-mail: gcp.drprgop@madeira.gov.pt.

2.2. A plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante é a acinGov (<https://www.acingov.pt>).

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas por despacho datado de 03/06/2025.

4. Órgão competente para prestar esclarecimentos

O Júri do Concurso.

5. Inspeção do local dos trabalhos

5.1. Durante o primeiro terço do prazo para apresentação das propostas, os interessados poderão solicitar à entidade adjudicante o agendamento de uma visita ao local de execução dos trabalhos. No entanto, considerando que o local de execução dos trabalhos é um estabelecimento de ensino, que se encontra em pleno funcionamento, a visita apenas poderá ser agendada se tal for possível e nos termos e com as condicionantes que forem estabelecidas pelo referido estabelecimento, nomeadamente quanto aos horários de visita, ao número máximo de visitantes, e ao cumprimento das demais normas em vigor.

5.2. Caso seja realizada a visita ao local nos termos previstos no ponto **5.1.**, os interessados poderão realizar, na medida do possível, os reconhecimentos/estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, considerando designadamente a descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios que acompanha o projeto de execução incluído no caderno de encargos.

5.3. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta, o concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos referentes a cada uma das empreitadas, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento de todos os trabalhos objeto em que se divide o presente Concurso.

5.4. Os interessados que efetuarem os estudos e/ou reconhecimento suprarreferidos fazem-no à sua própria responsabilidade, sendo também da sua responsabilidade o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.

6. Documentos que constituem a proposta

6.1. A proposta, é constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)¹, disponível para preenchimento em: <http://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>.

Para o feito, devem ser selecionadas as seguintes opções:

- I. “Sou um operador económico”;
- II. “Importar um DEUCP”;
- III. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma acinGov, junto com o presente programa de concurso (ficheiro esse que, para este efeito, deve ser previamente descarregado da plataforma e guardado no pc – **ANEXO 1**);
- IV. Selecionar o país do concorrente;
- V. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- VI. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.

b) Declaração de acordo com o modelo disponibilizado como **ANEXO 2**;

c) Preço total, sem I.V.A., tendo em consideração o disposto no ponto **6.2.**, e devendo, quando aplicável, indicar os preços parciais dos trabalhos correspondentes às habilitações contidas no respetivo alvará de construção ou no certificado de empreiteiro de obras públicas ou na declaração emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC), tal como referido no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). No caso de agrupamento concorrente, deve este indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar;

d) Lista dos preços unitários a preencher diretamente na lista de espécies e quantidades de trabalhos disponibilizada na plataforma eletrónica acinGov², tendo em consideração, em especial o disposto no ponto **6.2.**;

e) Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do CCP, constituído por Diagrama de Gantt

¹ Para efeitos do disposto no bloco D, da Parte III, do DEUCP, consideram-se motivos de exclusão puramente nacionais os referidos no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

Em consequência, as declarações finais constantes da Parte VI do DEUCP abrangem o compromisso de honra por parte do operador económico/concorrente/adjudicatário de que, quando lhe for solicitado, entregará os documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do supra referido diploma.

² Não se considerando, para efeitos de análise/avaliação das propostas, qualquer outro documento que seja apresentado com a mesma informação e para o mesmo fim.

e tendo em consideração o disposto no ponto **6.3.** (inclui a especificação dos meios humanos/plano de mão-de-obra e dos meios materiais propostos/plano de equipamentos para a execução da obra);

f) Cronograma financeiro, elaborado em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 57.º do CCP.

g) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;

6.2. Todos os preços mencionados na proposta (unitários, intermédios e total) devem ser apresentados arredondados, até à 2.ª casa decimal.

6.3. O documento a que se refere o ponto **6.1. e)** considera-se apresentado tal como definido pelo artigo 361.º do CCP quando:

6.3.1. O plano de trabalhos (diagrama de Gantt) fixe a sequência e os prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos, previstas na lista de espécies e quantidades de trabalhos, que acompanha o caderno de encargos.

(Serão consideradas como não escritas quaisquer condições constantes do plano de trabalhos referentes a datas de início/termo dos trabalhos, considerando-se sempre e apenas o disposto no caderno de encargos sobre esta matéria)

6.3.2. A especificação dos meios humanos/plano de mão-de-obra e dos meios materiais propostos/plano de equipamentos seja efetuada para cada uma das espécies de trabalhos previstas no mapa de espécies e quantidades de trabalhos, que acompanha o caderno de encargos.

Estes Planos deverão estar de acordo com o plano de trabalhos (diagrama de Gantt) elaborado nos termos do disposto no ponto **6.3.1.** .

6.3.3. O não cumprimento do disposto nos números anteriores é causa de exclusão da proposta.

6.4. Os documentos que constituem a proposta devem, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar nos termos do ponto **7.** Para o efeito, o concorrente deverá juntar os documentos necessários para comprovar a existência de poderes para obrigar do(s) assinante(s) (certidão do registo comercial, procuração ou outro documento de mandato equivalente).

6.5. Cada um dos documentos que constituem a proposta enumerados nas alíneas do ponto **6.1.** , e qualquer outro que o concorrente apresente, deve ser apresentado em ficheiro autónomo, em

formato pdf, com exceção do documento referido no ponto **6.1. d)** , que se considera apresentado com o preenchimento dos preços diretamente na lista de espécies e quantidades de trabalhos disponibilizada na plataforma eletrónica acinGov³.

6.6. Todos os documentos que constituem a proposta (incluindo os eventualmente apresentados ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP) são obrigatoriamente redigidos em português.

6.7. Na elaboração dos documentos que constituem a proposta o concorrente deverá considerar, ainda, o disposto nos artigos 57.º, n.º 3, 58.º e 60.º do CCP.

7. Assinatura eletrónica

Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente nos artigos 54.º e 68.º:

- a)** Cada um dos documentos que constitui a proposta, deve, antes do carregamento na plataforma e subsequente submissão, estar já assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos das alíneas seguintes⁴;
- b)** Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais;
- c)** Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete;
- d)** Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original;
- e)** Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão,

³ O não cumprimento destas formalidades apenas poderá ser causa de exclusão da proposta quando o concorrente não efetuar o respetivo suprimimento, se e nos casos em que o júri o entender solicitar.

⁴ À exceção do mencionado no ponto **6.1. d)** , cuja informação é preenchida diretamente na própria plataforma.

descompressão, agregação e desagregação (ex: ficheiro em formato. ZIP) a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem;

f) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

8. Propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

9. Prazo para a apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta, deverão ser apresentados até às **17:00:00 do dia 09 de julho de 2025** na plataforma eletrónica **acinGov**.

10. Prazo para a obrigação de manutenção das propostas

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. Critério de adjudicação

11.1. A adjudicação, é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, no caso o preço. Assim, a proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante é a de mais baixo preço.

11.2. No caso de haver propostas com o mesmo preço, o desempate será efetuado a favor da proposta que apresentar o valor para o **artigo 2.1.2 – “Fornecimento e montagem de Conjunto Painéis fotovoltaicos (...)”** da Lista dos preços unitários com menor diferença, em valor absoluto, relativamente ao valor médio para o mesmo capítulo de todas as propostas admitidas.

$$\text{Valor médio} = \frac{\text{Proposta 1} + \text{Proposta 2} + \dots + \text{Proposta } n}{n}$$

11.3. Em caso de novo empate, o desempate será efetuado a favor da proposta que apresente o valor mais baixo para o **artigo 5.1.1 – “Fornecimento e instalação de Bomba de Calor (...)”**.

12. Documentos de habilitação

12.1. O(s) adjudicatário(s) deverá(ão) apresentar na plataforma eletrónica⁵, no prazo de **10 dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação que forem exigidos ao abrigo do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o disposto no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, e nos termos definidos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, nomeadamente:

- a)** Declaração, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II-M, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual (**ANEXO 3**);
- b)** Certidão do Registo Comercial;
- c)** Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP (registo criminal da pessoa singular ou, no caso de pessoa coletiva, registo criminal da pessoa coletiva, e do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência)⁶;
- d)** Documento comprovativo de que tem a situação contributiva regularizada⁷;
- e)** Documento comprovativo de que tem a situação tributária regularizada⁸;
- f)** Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo⁹;
- g)** Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira¹⁰)
- (se aplicável);

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa. Neste caso, para efeitos de consulta da informação anterior pela entidade adjudicante, considera-se prestado o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei.

⁶ O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nesta alínea se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado e se essa informação já estiver disponível para consulta pela entidade adjudicante, conforme disposto no n.º 10 do artigo 81.º do CCP.

⁷ Cfr. Nota de rodapé n.º 6.

⁸ Cfr. Nota de rodapé n.º 6.

⁹ A que se refere o artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual.

¹⁰ Nos termos do disposto no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, o adjudicatário deve apresentar a declaração de rendimentos durante o prazo de vigência do contrato, conforme previsto na cláusula 45.º das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos.

- h) Última Declaração de Rendimentos e Retenções (modelo 10) - (se aplicável);
- i) Última Declaração Mensal de Remunerações (DMR), apresentada perante a Autoridade Tributária (AT) (se aplicável);
- j) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES) - (se aplicável);
- k) Anexo R da última declaração periódica do IVA - (se aplicável);

O(s) adjudicatário(s) deve(m) ser titular(es) das habilitações adequadas e necessárias à execução da(s) obra(s)^{11 12}, conforme o mencionado no anúncio, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 81.º do CCP, conjugado com o disposto no artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

12.2. Caso o adjudicatário considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referentes a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual.

12.3. Todos os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos em português. Quando pela sua natureza ou origem, os documentos forem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução, devidamente legalizada, e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência sobre os respetivos originais.

12.4. Quando o adjudicatário seja um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, na sua atual redação, devem ser apresentados por todos os seus membros, de acordo com o disposto no artigo 6.º da referida Portaria.

12.5. Os documentos de habilitação deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos definidos no ponto 7. do presente programa de concurso.

¹¹ Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, a titularidade dos alvarás e certificados de empreiteiros de obras públicas é confirmada pela entidade adjudicante mediante consulta à base de dados de empresas de construção do IMPIC, I.P.

¹² Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, o adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará mencionado no anúncio deve apresentar, em substituição desse documento, uma declaração emitida pelo IMPIC, I. P., comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um certificado de empreiteiro de obras públicas contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

12.6. O prazo para o adjudicatário suprir irregularidades nos documentos apresentados, quando tal lhe seja solicitado pela entidade adjudicante, será de 3 dias.

12.7. O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação (o referido no ponto **12.1.** e, quando for o caso, o referido no ponto **12.6.**) pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário¹³ ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 dias.

12.8. O adjudicatário deve, ainda, até à data da celebração do contrato, apresentar:

- A identificação completa (nome e número de identificação civil) e indicação da residência ou domicílio profissional da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, qualidade em que intervém(êm), com junção do(s) documento(s) que atribui(em) poderes para o efeito;
- Os documentos referidos no ponto 42. das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos.
- A indicação de um endereço de correio eletrónico e de um endereço postal para efeitos de notificações e/ou comunicações entre as partes no âmbito da execução do contrato, conforme previsto no ponto 55. das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos.
- Contrato de consórcio (se for o caso).

13. Caução

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 88. do CCP, não é exigível a prestação de caução. No entanto, proceder-se-á à retenção de 2% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme previsto no n.º 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

14. Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária.

15. Redução a escrito do contrato

15.1. Os contratos serão reduzidos a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas (qualificadas).

¹³ Considerando-se também aqui incluídas as situações em que seja solicitado pelo adjudicatário um prazo adicional para apresentação ou regularização de algum(s) do(s) documento(s).

15.2. Todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

16. Legislação aplicável

Em tudo o que seja omissa no presente Programa de Concurso observar-se-á o disposto no CCP, na redação atual, no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, e demais legislação aplicável.

- *As indicações constantes do programa do concurso e do caderno de encargos prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência.*
- *As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência*

ANEXOS

ANEXO 1

[A que se refere o ponto 6.1. a)]

DEUCP

Ficheiro em formato xml. Disponibilizado em anexo ao presente Programa de Concurso

ANEXO 2

[A que se refere o ponto 6.1. b)]

Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) no caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO 3

[A que se refere o ponto 12.1. a)]

Anexo II-M

Modelo de declaração

[A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) no caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) no caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.